

Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

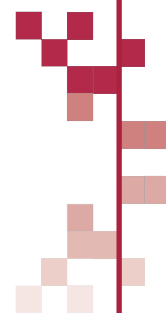
Antunes Santana, Otacilio
Cadê minha tribo? Um discurso maternal
Ciências Sociais Unisinos, vol. 50, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 177-179
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93832099009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Cadê minha tribo? Um discurso maternal

Where is my tribe? A maternal discourse

DEL OLMO, C. 2013. *¿Dónde está mi tribu? Maternidad y crianza en una sociedad individualista*. Madrid, Clave Intelectual, 232 p.

Otacilio Antunes Santana¹
otaciliosantana@gmail.com

O livro "Cadê minha tribo?", título traduzido do original castelhano, passa a questão da "maternidade e criação" da categoria literária da autoajuda para a categoria filosófica, política e principalmente social. Por relatos de experiências e por vivência pessoal, a autora, filósofa, e tendo como cenário de fundo a cidade de Madrid, ponto de resistência na Revolução Espanhola, como também do surgimento de importantes mobilizações sociais, como o 'Movimiento Okupa' (Guillaume, 2005), viu-se individualizada (singularizada) em um gueto no período maternal, longe de sua tribo, cercada de uma literatura e política individualizante, descontextualizando a criança e seus pais dos círculos sociais e políticos. Longe de uma "tribo", tribo no sentido antropológico, que seria uma divisão de povos antigos que ocupam o mesmo lugar, guiados por uma hierarquia e ritos, tendo em comum uma ancestralidade ou tradição fundadora (Lévi-Strauss, 1958). As sociedades de "arqué" ritualizavam o cuidado parental em um contexto concreto e espiritual, mobilizando a coletividade para o cuidado das novas gerações. Deve-se lembrar que a autora de propósito converge o conceito de maternidade com o de cuidado parental. O objetivo principal da discussão que o livro traz é retornar à socialização dos cuidados dos filhos, tomando como base estas sociedades e o posicionamento na pós-modernidade.

Na sua vivência, o conceito de "tribo" seria mais no sentido da sociologia urbana, como "círculos sociais", também denominados de subculturas ou subsociedades (metropolitanas ou regionais), constituídas de uma identidade, um sistema antagônico a ser combatido e/ou um projeto comum (Maffesoli, 2000). No caso da autora, são indivíduos em uma função maternal, lutam por uma integração do singular para a individualização de seus filhos (inserção social), tentando minimizar suas próprias angústias por uma assunção coletiva da maternidade. Fica implícito, embora não descrito pela autora, que atualmente as "mães" sofrem uma crise de identidade, e "criam" uma crise de sujeito para o filho, ou seja, transferem suas angústias aos filhos, quando se veem ilhadas nos períodos gestacionais e maternais. Para elucidar alguns conceitos que o livro não traz explicitamente, porém se exaltam na narrativa, pode-se destacar: sujeito, como aquele que tem ou terá alguma narrativa ou discurso; identidade, como a semiótica do círculo social a qual o sujeito é engajado; singular, aquele que ainda não se tornou um indivíduo integrado aos direitos e deveres das instituições em seu entorno; e indivíduo, como aquele que faz parte de uma coesão social (Martuccelli e Singly, 2012).

¹ Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Biológicas, Departamento de Biofísica e Radiobiologia. Av. Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, 50670-901, Recife, PE, Brasil.

A pós-modernidade e o capitalismo neoliberal exigem uma mãe e um pai produtivos em sua função profissional e que tenham tempo de cuidar de seu filho, na sua formação de sujeito e de sua identidade. A autora descreve que, nos últimos 40 anos, duplicou o número de mulheres que terminaram sua idade fértil sem ter filhos. Estas mulheres, poucas por vontade própria, decidem como modo de vida não exercerem a maternidade para investir em sua vida profissional, por medo de se verem singularizadas por um tempo, no período gestacional e no período de sua maternidade, e por todo o investimento de energia e outros capitais, que está por trás deste cuidado. Existe então o dilema do cuidado da criança. É obrigatório cuidar de uma criança ou é uma opção? Legal e socialmente a obrigatoriedade é o que rege. Existem também correntes que utilizam operadores teóricos da sociobiologia e defendem que em certas condições particulares duras, de instabilidade física e emocional, a resposta maternal mais razoável em termos evolutivos é o aborto, a supressão da fertilidade ou o infanticídio, interpretando que a natureza não produz apenas "boas mães" (McFarland, 2001). Nesta resenha se focará não a sociobiologia, e sim o construtivismo social, conforme proposto pela autora. Porém não se pode esquecer (apenas um parêntese) que, no Brasil, para a mulher que comete o infanticídio sob elevada taxa de oxitocina e sob influência do estado puerperal (durante ou logo após o parto), a pena é atenuada, segundo o Código Penal, art. 123 (Brasil, 1940), e isto reduz a problemática a questões hormonais.

A solução, então, para a maternidade e o retorno da mãe a sua tribo seria contratar uma babá? Este questionamento levantado pelo livro apresenta implicitamente a crítica literária sobre a temática da maternidade. Ou ela é centrada no adulto, em que a criança acompanha a rotina do adulto, ou centrada na criança, em que o adulto se dedica integralmente a ela. Porém, essa literatura é voltada para classes com alto poder aquisitivo, esquecendo que a maioria das mulheres necessita trabalhar para se manter financeiramente. A crítica a essa literatura é que falta uma corrente ressocializadora para a maternidade. Uma luta contra a individualização do problema é estabelecer uma política que não enclausure a criança e seus responsáveis, ocasionando os efeitos colaterais do mundo pós-moderno, antissocialização e redução na eficiência da engrenagem produtiva requerida a qualquer profissional. Para as feministas, as reivindicações atuais de uma maternidade intensiva no tempo e esforço (lactância prolongada, dormir com o filho, escolarização tardia ou escolarização em casa, educação não autoritária, etc.) supõem um passo atrás e uma de perda de autonomia.

Atualmente, a crise de representatividade institucional, de órgãos do Estado a instituições como a "família"; a dissolução das redes sociais; a fragilização das relações sociais e do tecido social; a mídia como aparelho ideológico na produção social do indivíduo; e o distanciamento de uma identificação do sujeito com alguma tradição objetiva e subjetiva, pela globalização, fizeram com que as pessoas tomassem rumos singulares. E isso, segundo a autora, ocasionou um despreparo na geração corrente

de casais férteis, casais que adotam (como no caso dos homossexuais) ou indivíduos que tomam a decisão pela maternidade isoladamente para serem pais e mães, pois não possuem nenhuma referência ou núcleo (tribo) que os absorvam, no sentido de compartilhar responsabilidade, e que possuam uma "cartilha" de construção de sujeito. Neste ponto, a autora deixa uma dúvida para o leitor: deve-se tentar a ressocialização dos pais e do filho recém-nascido, no período pré-gestacional ou gestacional, ou deve se tentar voltar às sociedades de "arqué" com todo seu rito de iniciação, tanto para os pais como para o bebê? Aí volta a questão da prescrição social de perda da autonomia incluída pelas feministas. Com isso, suscitam-se outras questões: Por que o indivíduo na maternidade se preocupa com seus círculos sociais no momento pré-gestacional e gestacional? O recém-nascido está vulnerável se nascer sem pertencer a uma "tribo"? O ativismo materno só vale para os que querem ter filhos, ou é uma preocupação da sociedade e do Estado?

Sem ter respostas prontas, a autora considera que há uma incompatibilidade entre as necessidades antropológicas e os compromissos ditados pela economia de mercado. Por isso, a maternidade é uma plataforma excelente para examinar as contradições que gera o império do mercado na sociedade. A realidade materna é um exemplo de como o indivíduo e a espécie humana se adaptaram "como uma luva" às necessidades do capitalismo e ao mundo economicista e urbano. E esta adaptação segue sendo o *mainstream* contra uma maternidade pro-afetiva e sensível. A chegada de um filho se faz consciente da fragilidade intrínseca do ser humano, de seu caráter social e racional, e do individualismo levado a seu extremo. A maternidade é um ponto de vista privilegiado para defender uma revolução em nível social.

A identificação obrigatória da mulher como mãe (ou futura mãe) é intolerável, isso de que se não é mãe, não é uma mulher completa, contrapõe ao mito da mulher trabalhadora e de sucesso profissional (mito da perfeição humana). Há uma desigualdade social emergindo aí. O sensível, neste caso, está em como um indivíduo pode exercer a maternidade (seja mulher ou homem) sem ter tempo para tal, e compreender a rede de dependência que o une aos filhos. Isso gera sua vulnerabilidade frente à sociedade. O livro destaca que a ética do cuidado deve ser o ponto zero da sociedade, quebrando o parnasianismo da maternidade e discutindo a realidade de se ter um filho.

O possível caminho dado pela autora seria o da "conciliação", no sentido de equilíbrio, primeiro em dar ferramentas aos pais em seus períodos gestacionais, para que não decaíam de suas produções laborais, que cuidem de seus filhos, e em segundo, que estejam engajados em suas respectivas tribos (ativismo). As políticas afirmativas então trabalhariam para que os pais e o novo indivíduo (recém-nascido) estejam empenhados nas formas de o indivíduo se construir: (i) do indivíduo socializado pelas disposições e hábitos, (ii) do indivíduo orientado por instituições e normas sociais que o 'moldam'; (iii) do indivíduo que é reconhecido por suas relações; e (iv) do indivíduo que é construído por uma série de variáveis. A autora finaliza descrevendo que

se deve voltar a repensar a tribo no momento da fecundidade humana, no sentido social e antropológico, sem ter que voltar à caverna, o que o mercado obriga.

Referências

- BRASIL. 1940. Código Penal: Decreto-Lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 14/05/2014.
- GUILLAUME, J.F. 2005. *Aventuriers solitaires en quête d'utopie: les formes contemporaines de l'engagement*. Paris, Éditions de l'ULG, 211 p.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1958. *Antropologie structurale*. Paris, Plon, 454 p.
- MAFFESOLI, M. 2000. *Le temps des tribus: le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes*. 3ª ed., Paris, La Table Ronde, 350 p.
- MARTUCCELLI, D.; SINGLY, F. 2012. *Las sociologías del individuo*. Santiago de Chile, LOM Ediciones, 134 p.
- McFARLAND, D. 2001. *Le comportement animal: psychobiologie, éthologie et évolution*. 3ª ed., Paris, De Boeck Université, 625 p.